

'Editais' são exceção em Congresso com fartura de emenda gasta sem critério

Levantamento da Folha mostra que só 11 parlamentares anunciam critérios objetivos ou fazem consulta popular para direcionar verba

Ranier Bragon

BRASÍLIA Deputados e senadores mais que dobraram nos últimos anos o poder de direcionar as verbas do Orçamento federal, mas isso não tem sido acompanhado pela adoção de medidas de transparência, critérios ou participação popular.

Iniciativas batizadas como "edital de emendas" ou "emendas participativas" são adotadas há alguns anos por poucos congressistas, cada um com um modelo diferente.

Na regra geral, cada deputado ou senador decide por conta própria o direcionamento das bilionárias verbas das emendas parlamentares — R\$ 46,3 bilhões previstos para 2023, cerca de um quarto de tudo o que o governo federal tem para uso livre.

A Folha identificou ao menos 11 deputados e senadores que estabelecem alguma regra pública para a distribuição da totalidade ou de parte da verba, os chamados "editais de emendas" — sendo que alguns abrem votação popular para a escolha de parte dos beneficiados.

Em geral, esses parlamentares integram partidos minoritários da esquerda e da direita. São os deputados Adriana Ventura (Novo SP), Camila Jara (PT-MS), Gilson Marques (Novo SC), Marcel Van Hattem (Novo RS), Sâmia Bonfim (PSOL-RJ), Tabata Amaral (PSB-SP), Tílio Godella (Rede-PE) e Vítor Lippi (PSDB-SP), além dos senadores Alessandro Vieira (MDB-SE), Professor Dorinha Seabra (União Brasil-TO) e Rodrigo Cunha (Podemos-AL).

O número representa cerca de 2% do total de congressistas, que é de 594.

Em conversas com parlamentares que usaram e que não usam o modelo, algumas causas são apontadas para a resistência em adotar critérios, transparência e participação popular na aplicação das verbas.

Entre eles, o risco de o parlamentar não conseguir direcionar dinheiro do orçamento para redutos eleitorais em que tenha mais perspectiva de voto, além do argumento de que, como representantes dos cidadãos, já conseguiram nas urnas aval para direcionar o dinheiro.

"O parlamentar tem que atender a sua base. A consulta popular ocorreu em 2022 [na eleição]. Se eu faço a consulta e sou obrigado a dar R\$ 2 milhões para uma cidade que me deu 20.000 votos e R\$ 10 mil para uma cidade que me deu 20 mil votos, o que vou dizer para essa última cidade?", afirma o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

O parlamentar diz que teve neste ano o poder de direcionar cerca de R\$ 44 milhões em emendas (R\$ 32 milhões da modalidade individual, mais R\$ 12 milhões da sua fatia na parte que cabe à bancada do Pará) e que fez a divisão rigorosamente na proporção da votação que teve.

"Prefeitos me procuram às vezes, e eu saco o mapa [de votação] e vejo. Ai digo: 'Só tive 80 votos lá?' Na hora da eleição ele fechou com outro candidato [o deputado], agora quer emenda? Não dá".

Passarinho dá como exemplo a cidade de Brejo Grande do Araguaia (PA), onde ele diz ter tido uma boa votação no passado. Em 2022, porém,



Plenário do Senado durante sessão. Pedro França - 1 jun.23/Agência Senado

VALOR DAS EMENDAS

• Em 2023,

cada deputado

teve R\$ 32 mi

em emendas

individuais;

senadores,

R\$ 59 mi

• Valores para

2024 ainda

estão em

discussão no

Congresso,

mas a proposta

original é

que subam

para R\$ 38 mi

e R\$ 70 mi,

respectiva-

mente

• Além das

emendas

individuais, os

parlamentares

também

dividem entre

si as emendas

de bancadas

estaduais

(impositivas)

e emendas

extras

(distribuídas

e liberadas

a critério do

governo e

da cúpula do

Congresso)

obteve resultado bem inferior devido, segundo ele, a aliança do prefeito com outros candidatos a deputado federal.

"Ninguém se elegeu, apenas eu. Resultado: estão há dois anos sem emenda. Só R\$ 100 mil que mandei para lá."

A lógica de distribuição de emendas tende, de fato, a privilegiar cidades em que os parlamentares têm seus redutos mais consolidados, em detrimento de outras, como a Folha mostrou recentemente em diferentes reportagens.

Locais com escassez de água no sertão nordestino, por exemplo, foram deixados de lado na entrega de caixas-d'água no ano passado, enquanto equipamentos ficaram estocados em redutos de líderes do Congresso.

Em 2023, cada deputado teve R\$ 32 milhões em emendas individuais (senadores, R\$ 59 milhões), valores que têm execução obrigatória e que, em alguns casos, podem mais que dobrar em decorrência das emendas de bancadas, também impositivas, e das chamadas "emendas extras".

O governo e a cúpula do Congresso têm, neste último caso, um pacote de cerca de R\$ 10 bilhões que distribuem de acordo com as conveniências políticas do momento.

Adriana Ventura (Novo-SP) usa o edital de emendas desde 2019 e listou critérios que, em sua visão, evitam que as emendas virem moeda de troca eleitoral. Entre eles, capacidade de execução da entidade que receberá a verba, experiências anteriores de uso das emendas, número de pessoas e regiões atendidas.

"Do jeito que hoje é aplicado, o parlamentar tem total liberdade para mandar como quiser, para onde quiser, mesmo que não esteja vinculado à política pública. Eu acho isso péssimo. Então a gente usa o edital para fugir um pouco dessa armadilha", afirma.

A assessoria da deputada Tabata Amaral, que também usa o mecanismo desde 2019, enviou nota em que diz que o modelo da transparência à indicação de emendas, "que historicamente são feitas em troca de apoio político e sem o acompanhamento dos recursos empregados".

"O nosso processo é um método concreto e transparente e todas as propostas passam por análise técnica, por uma votação popular e acompanhamento posterior".

O deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP), que assim como Tabata é pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, disse não usar o modelo porque já tem um trabalho consolidado com vários movimentos sociais, que vem de longe.

"As emendas do nosso mandato acabam atendendo esse trabalho social que não é de hoje, esse trabalho que nós já temos há muito tempo, são comunidades e entidades que a gente conhece, que são sérias e que têm as suas demandas tanto de investimento como de custeio", afirmou.

A Folha acompanhou na última terça-feira (31) reunião da bancada de deputados federais e senadores do Rio de Janeiro para definir a distribuição das emendas.

O encontro, realizado em uma das comissões da Câmara, foi marcado por diversas dúvidas e divergências entre eles sobre as áreas e os beneficiados pelas emendas. A decisão ficou para reuniões futuras.

Uma espécie de coordenadora da bancada para assuntos de emendas, a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) disse que, no seu caso, o edital não é efetivo.

"Depende do mandato de cada deputado. Abrir uma votação? Nossa Senhora, lá no meu gabinete, sem votação, já é uma pilha assim [faz gesto com as mãos indicando um calhaço de papel], imagina com votação?"

Cronologia das emendas

ANTES DE 2015

Execução das emendas era decisão exclusiva do governo

2015

Emenda constitucional estabelece execução obrigatória das emendas individuais, com algumas regras.

2019

- Congresso amplia obrigatoriedade a emendas de bancadas estaduais e prevê R\$ 30 bi para emendas do relator-geral do Orçamento
- Bolsonaro veta medida, e Congresso só não derruba o veto por acordo que mantém R\$ 20 bilhões nas mãos do relator-geral
- Bolsonaro dá autonomia para a cúpula do Congresso na destinação do montante

2020

Com acordo feito por Bolsonaro, valor de emendas dá salto e chega a R\$ 44 bi

2022

STF declara inconstitucional emenda de relator. Gestão Lula mantém uso político dos recursos — há em 2023 R\$ 9,8 bilhões para esse tipo de negociação

2023

Cada deputado tem R\$ 32 mi em emendas individuais (senadores, R\$ 59 mi), que pode mais que dobrar com emendas de bancadas e "emendas extras"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4